



A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Khalil Pacheco Ali Hachem Hachem
Maria Luiza de Miranda Guglielmi
Laísa Rohrbacher

Resumo

Duas grandes críticas criminológicas acerca da forma como ocorre a aplicação do Direito Penal atualmente no Brasil, incluem a constante violação de direitos e garantias fundamentais daqueles que se tornam alvo dos processos de criminalização, seja durante a investigação, o processo ou a execução da pena; e o confisco do conflito por parte do Estado, que por vezes, utiliza a vítima apenas como instrumento probatório, deixando em segundo plano suas necessidades, direitos violados e danos sofridos em decorrência da vitimização. A proposta da Justiça Restaurativa, se diferencia da Justiça Retributiva tradicional, no ponto em que foca na promoção da participação segura e voluntária da vítima, do ofensor e da comunidade na resolução do conflito, diante do reconhecimento de que o comportamento tipificado como criminoso, não se trata de mera violação de uma norma estatal, mas também de uma conduta que envolve e prejudica aqueles que são vitimizados. Neste ponto, o objetivo deixa de ser a retribuição proporcional ao mal praticado, para se tornar a restauração da lesão gerada pela conduta criminosa, com a conscientização e responsabilização do ofensor pelos resultados de sua conduta. Isso pode acontecer das mais variadas formas, a depender das características do caso concreto e das pessoas envolvidas, chegando à resultados alternativos à prisão, e proveitosos para a vítima e para a sociedade. O presente trabalho se propõe, através do método indutivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, a analisar e discorrer a respeito das características da Justiça Retributiva no Brasil e os principais problemas enfrentados em relação à violação de direitos e garantias fundamentais em sua aplicação, assim como os fundamentos e características da Justiça Restaurativa, para verificar a possibilidade desta última, se tornar uma alternativa viável que se proponha a não resultar nas mesmas violações de direitos e garantias.

Palavras-chave: justiça restaurativa; justiça retributiva; direitos fundamentais; criminologia; direito penal.